

Termo de Referência 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	200398-SUPERINTENDENCIA REG.DEP. POLICIA FEDERAL- PE	MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS	19/06/2024 11:00 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08400.007668/2023-81

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes para a SR/PF/PE e descentralizadas, além dos órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRI.	CATMAT	UNL. MEDI.	QUANTI. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	CONDIÇÃO
1	MESA DE CENTRO 1065X600 - MODELO A .	612597	Unidade	24	R\$ 1.067,33	R\$ 25.615,92	Exclusivo ME/EPP
2	MESA LATERAL 610X600 - MODELO A	601175	Unidade	38	R\$ 1.556,67	R\$ 59.153,46	Exclusivo ME/EPP
3	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS 800X500 - MODELO B	604361	Unidade	104	R\$ 863,17	R\$ 89.769,68	Ampla participação
4	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR 1200 X 2400 - MODELO B	473375	Unidade	30	R\$ 1.135,00	R\$ 34.050,00	Exclusivo

							ME/EPP
5	CADEIRA PARA TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO - ANEXO III	611804	Unidade	294	R\$ 624,81	R\$ 183.694,14	Ampla participação
6	LONGARINA DOIS LUGARES - ANEXO III	396864	Unidade	102	R\$ 1.049,78	R\$ 107.077,56	Ampla participação
7	ARMÁRIO DE AÇO	233490	Unidade	105	R\$ 1.100,67	R\$ 115.570,35	Ampla participação
8	ARMÁRIO BAIXO COM GAVETAS 2600X600	207071	Unidade	33	R\$ 4.466,33	R\$ 147.388,89	Ampla participação
9	MESA DE APOIO 1200X500	355978	Unidade	50	R\$ 1.226,67	R\$ 61.333,50	Exclusivo ME/EPP
10	MESA DE CABECEIRA 1000X500	355978	Unidade	65	R\$ 1.705,00	R\$ 110.825,00	Ampla participação
11	GUARDA ROUPA 1640X650	207407	Unidade	65	R\$ 7.503,33	R\$ 487.716,45	Ampla participação
12	REFRIGERADOR	483348	Unidade	60	R\$ 3.678,17	R\$ 220.690,20	Ampla participação
13	COLCHÃO	613901	Unidade	234	R\$ 885,99	R\$ 207.321,66	Ampla participação
14	BELICHE	486186	Unidade	116	R\$ 815,78	R\$ 94.630,48	Ampla participação
15	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 21.000 BTU	300419	Unidade	15	R\$ 4.855,66	R\$ 72.834,90	Exclusivo ME/EPP

16	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 18.000 BTU/h	298653	Unidade	25	R\$ 3.322,59	R\$ 83.064,75	Ampla participação
17	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 12.000 BTU/h	261633	Unidade	41	R\$ 2.228,44	R\$ 91.366,04	Ampla participação
18	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 9.000 BTU/h	320675	Unidade	#REF!	R\$ 1.951,46	#REF!	Exclusivo ME/EPP
19	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 7.500 BTU/h	273441	Unidade	20	R\$ 1.636,23	R\$ 32.724,60	Exclusivo ME/EPP
20	AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 BTU's	453530	Unidade	123	R\$ 4.019,96	R\$ 494.455,08	Ampla participação
21	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTU's	461900	Unidade	#REF!	R\$ 3.053,33	#REF!	Ampla

							participação
22	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU's	440744	Unidade	135	R\$ 1.977,11	R\$ 266.909,85	Ampla participação
23	MESA AUTOPORTANTE (TAMPO 1.400 x 1.400 MM)	613356	Unidade	35	1.858,12	R\$ 65.034,20	Exclusivo ME/EPP
24	ARMÁRIO DE AÇO COM PORTA DE VIDRO A PARTIR DE 1737MM X 480MMX 400MM. Modelos de referência: AP190S /CONTINENTAL E PANDIN/VITRINE.	233490	Unidade	2	1.021,27	2.042,54	Exclusivo ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO (GERENCIADOR + PARTICIPANTES)						R\$ 3.445.382,86	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa a seguir:

1.2.1 A licitação para a aquisição de materiais permanentes se enquadra como um bem comum de acordo com o Artigo 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, que define bens e serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.2 Neste contexto, os materiais permanentes em questão, tais como mesas, cadeiras, armários, entre outros, são bens padronizados, facilmente encontrados no mercado e amplamente utilizados em diversos setores. Suas características e especificações são geralmente bem conhecidas e podem ser objetivamente definidas no edital de licitação, sem a necessidade de requisitos ou exigências específicas que extrapolem os padrões usuais de desempenho e qualidade.

1.2.3 Ademais, a facilidade de especificação desses materiais em conformidade com as normas e padrões de mercado simplifica o processo licitatório, tornando-o mais transparente, ágil e competitivo. Isso permite que um maior número de fornecedores concorra de forma equitativa, promovendo a obtenção dos melhores preços e condições para a Administração Pública.

1.2.4 Portanto, a aquisição de materiais permanentes se enquadra na definição de bens comuns estabelecida pela legislação, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos pelo edital, com base em especificações usuais de mercado, facilitando assim a sua aquisição por meio de licitação.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O critério de julgamento pelo será o **MENOR PREÇO** por item.

1.7 Em caso de divergência entre as descrições dos itens deste Termo de Referência e a do CATMAT do Compras Governamentais, prevalecerá as deste Termo.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000030/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Id do item no PCA: 6, 24, 31 e 32;

IV) Classe/Grupo: 7320 - EQUIPAMENTOS E APARELHOS DE COZINHA; 4120 - EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO; 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO; 7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO

V) Identificador da Futura Contratação: 200398-13/2023; 200398-10/2023 e 200398-1/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produtos constantes nos itens 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 (Refrigeradores e ares-condicionados) que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A ou B, nos termos da Portaria INMETRO em vigor, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) neste Termo de Referência.

4.1.3 A CONTRATADA deverá ter como premissas a garantia da eficiência energética, materiais recicláveis, descarte responsável, uso eficiente de recursos hídricos e software de gerenciamento sustentável. possuir, quando for o caso, certificações ambientais, treinamento em sustentabilidade e relatório de impacto ambiental da empresa fornecedora. Ademais, deverá romover a responsabilidade social corporativa.

4.1.4 A Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco busca promover a sustentabilidade em suas operações e considerará esses requisitos ao avaliar os fornecedores.

4.1.5 Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja

regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

- **Fabricação de aparelhos elétricos e eletrônicos (Código 5 - 3) - Item 12 (Refrigerador) e dos Itens 15 a 22 (Ares-condicionados).**

4.1.6 Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação foram mencionadas algumas marcas na descrição dos itens, mas apenas como referência de qualidade e facilitação da descrição do objeto. Nesse sentido, não serão aceitas apenas as propostas que façam constar os modelos supramencionados, no entanto as empresas participantes do certame deverão demonstrar desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com as marcas de referência mencionadas.

Da exigência de amostra

4.3 Não haverá exigência de amostras, visto que a análise das características dos materiais será verificada através da solicitação de catálogos, fichas técnicas e outros documentos similares fornecidos pelos respectivos fabricantes.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, visto que se trata do mero fornecimento de bens, sem relação direta com a prestação de serviços.

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de bens de entrega imediata.*

Da vedação para participação de cooperativas

4.6 Considerando o disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, que regula a participação de cooperativas em certames licitatórios, é fundamental analisar a compatibilidade do objeto da licitação com a natureza e as condições estabelecidas para a participação dessas entidades.

4.7 No caso da aquisição de materiais permanentes, o objeto da licitação não se enquadra nas condições previstas para a participação de cooperativas, conforme delineado no referido artigo. Em particular, o inciso IV do artigo 16 estabelece que a participação das cooperativas está condicionada a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação. Uma vez que a aquisição de materiais permanentes não se configura como um serviço especializado, essa condição não se aplica ao presente caso.

4.8 Além disso, é importante ressaltar que a prática estabelecida durante a vigência da Lei nº 8.666/93, conforme descrita na IN SEGES/MP nº 5/2017, também sustenta a vedação da participação de cooperativas em situações em que o serviço a ser contratado não evidencia a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, nem demanda relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados. A aquisição de materiais permanentes não se enquadra nesse critério, uma vez que não envolve a prestação de serviços que exijam a coordenação operacional compartilhada ou em rodízio entre os cooperados.

4.9 Portanto, diante da natureza do objeto da licitação e das condições estabelecidas para a participação de cooperativas, justifica-se a vedação de sua participação neste certame para a aquisição de materiais permanentes. Essa medida visa assegurar a conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como a adequada seleção de fornecedores conforme as necessidades específicas da Administração Pública.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do(a) envio da **nota de empenho**, em remessa única.

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **Órgão Gerenciador:** Superintendência de Polícia Federal no Estado em Pernambuco - Centro de Treinamento /Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340.
- **Órgão Participante 1 (PQ MNT 7):** Parque de Manutenção/7 - Av. 17 de agosto, N° 784, Casa Forte, Recife-PE, em dias com expediente, de segunda-feira a quinta-feira, das 09:00 hs às 11:30 e das 13:30 hs às 15:30 e nas sexta-feiras, das 08:00 às 11:30.
- **Órgão Participante 2 (IFPB):** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Av. Almirante Barroso, 1077, Centro, CEP n° 58013-120, João Pessoa-PB.
- **Órgão Participante 3 (HOSPI. NAVAL NATAL/RN):** Hospital Naval de Natal - Rua Silvio Pélico, S/N, Alecrim, Natal-RN. A/C Seção de Conforto, de segunda a sexta-feira, das 08 às 15:30 horas.
- **Órgão Participante 4 (DLOG/PF):** Diretoria de Logística da Polícia Federal - SCN, Quadra 4, Bloco A, Torre C, Edifício MultiBrasil Corporate, Asa Norte, Brasília-DF, 70714-903; e
- **Órgão Participante 5 (SR/PF/AP):** Superintendência da Polícia Federal no Amapá - Rua Jonathan Bezerra, 1713, Infraero, Macapá-AP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. Acompanhamento da entrega dos materiais através do código de rastreamento ou das informações fornecidas pela contratada;

6.9.2. Conferência dos materiais e equipamentos conforme as especificações constantes no Edital e anexos; e

6.9.3. Testagem dos equipamentos durante o processo de recebimento.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. atestem a entrega de bens de mesma natureza:

8.26.1.1.1 Para os itens relativos a mobiliário, serão aceitos atestados que comprovem a entrega de, pelo menos um dos seguintes itens: camas, roupeiros, cômodas, gaveteiros, armários, cadeiras ou mesas.

8.26.1.1.2 Para os itens relativos à refrigeração, serão aceitos atestados que comprovem a entrega de, pelo menos um dos seguintes itens: ares-condicionados ou refrigeradores.

8.26.1.1.3 Ademais, o somatório dos atestados apresentados deverão comprovar a entrega de, pelo menos, 10% do quantitativo definido para o órgão gerenciador e os participantes. Essa exigência justifica-se pela relativa complexidade logística da entrega, que abarca 3 (três) regiões distintas do país.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.445.382,86

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.445.382,86 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos no Item 1 deste Termo de Referência.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: SR/PF/PE (UASG 200398);

II) Fonte de Recursos: Tesouro Nacional;

III) Programa de Trabalho: Despesa regular de custeio;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30;

V) Plano Interno: Administração da Unidade;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 Por se tratar de licitação enquadrada no Sistema de Registro de Preços, maiores informações acerca da dotação orçamentária serão discriminadas no momento da emissão das Notas de Empenho.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o TR realizado.

JOSE VITOR DA SILVA MACEDO

Integrante EPC



Assinou eletronicamente em 19/06/2024 às 11:00:16.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Quantidades consolidadas_gerenciador e participantes.pdf (393.21 KB)
- Anexo II - SEI_32169303_Estudo_Preliminar.pdf (113.84 KB)

**Anexo I - Quantidades consolidadas_gerenciador e
participantes.pdf**

ITEM	DESCRI.	ÓRGÃO GERENCIADOR		ÓRGÃOS PARTICIPANTES										QUANTIL. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
		QUAN. MÍN. (SR/PF/PE - UASG 200398)	QUAN. MÁX.(SR/PF/PE - UASG 200398)	QUAN. MÍN. (PQ MNT 7 - UASG 160200)	QUAN. MÁX. (PQ MNT 7 - UASG 160200)	QUAN. MÍN. (IFPB - UASG 158138)	QUAN. MÁX. (IFPB - UASG 158138)	QUAN. MÍN. (HOSPI. NAVAL NATAL - UASG 783701)	QUAN. MÁX. (HOSPI. NAVAL NATAL - UASG 783701)	QUAN. MÍN. (DLOG/PF - UASG 200334)	QUAN. MÁX.(DLOG/PF - UASG 200334)	QUAN. MÍN. (SR/PF/A P - UASG 200402)	QUAN. MÁX. (SR/PF/A P - UASG 200402)			
1	MESA DE CENTRO 1065X600 - MODELO A .	1	1	1	2	0	0	1	5	1	6	1	10	24	R\$ 1.067,33	R\$ 25.615,92
2	MESA LATERAL 610X600 - MODELO A	2	2	2	2	0	0	1	2	2	12	1	20	38	R\$ 1.556,67	R\$ 59.153,46
3	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS 800X500 - MODELO B	5	12	5	10	0	0	1	10	2	24	2	48	104	R\$ 863,17	R\$ 89.769,68
4	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR 1200 X 2400 - MODELO B	1	4	1	4	0	0	1	2	0	0	1	20	30	R\$ 1.135,00	R\$ 34.050,00
5	CADEIRA PARA TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO ANEXO III	10	20	10	30	0	0	1	20	6	24	4	200	294	R\$ 624,81	R\$ 183.694,14
6	LONGARINA DOIS LUGARES - ANEXO III	1	3	1	30	0	0	1	3	1	6	1	60	102	R\$ 1.049,78	R\$ 107.077,56
7	ARMÁRIO DE AÇO	2	10	2	10	0	0	1	10	2	15	1	60	105	R\$ 1.100,67	R\$ 115.570,35

8	ARMÁRIO BAIXO COM GAVETAS 2600X600	1	1	1	5	0	0	1	1	3	6	1	20	33	R\$ 4.466,33	R\$ 147.388,89
9	MESA DE APOIO 1200X500	7	7	7	10	0	0	1	7	3	12	1	14	50	R\$ 1.226,67	R\$ 61.333,50
10	MESA DE CABECEIRA 1000X500	4	4	4	5	0	0	1	2	3	22	2	32	65	R\$ 1.705,00	R\$ 110.825,00
11	GUARDA ROUPA 1640X650	4	4	4	5	0	0	1	4	1	20	1	32	65	R\$ 7.503,33	R\$ 487.716,45
12	REFRIGERAD OR	1	5	1	5	1	5	1	5	1	16	1	24	60	R\$ 3.678,17	R\$ 220.690,20
13	COLCHÃO	16	30	16	30	1	20	1	20	3	70	1	64	234	R\$ 885,99	R\$ 207.321,66
14	BELICHE	8	14	8	20	1	10	1	10	1	30	1	32	116	R\$ 815,78	R\$ 94.630,48
15	AR CONDICIONA DO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 21.000 BTU	1	2	0	0	0	0	0	0	1	5	1	8	15	R\$ 4.855,66	R\$ 72.834,90
16	AR CONDICIONA DO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 18.000 BTU/h	2	4	0	0	0	0	0	0	2	5	1	16	25	R\$ 3.322,59	R\$ 83.064,75

17	AR CONDICIONA DO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 12.000 BTU/h	4	6	0	0	0	0	0	0	1	11	1	24	41	R\$ 2.228,44	R\$ 91.366,04
18	AR CONDICIONA DO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 9.000 BTU/h	1	3	0	0	0	0	0	0	1	6	1	12	21	R\$ 1.951,46	R\$ 40.980,66
19	AR CONDICIONA DO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 7.500 BTU/h	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16	20	R\$ 1.636,23	R\$ 32.724,60
20	AR CONDICIONA DO SPLIT 22.000 BTU's	5	15	5	5	1	20	1	10	3	25	1	48	123	R\$ 4.019,96	R\$ 494.455,08
21	AR CONDICIONA DO SPLIT 18.000 BTU's	5	15	5	5	1	20	0	0	3	25	1	50	115	R\$ 3.053,33	R\$ 351.132,95

22	AR CONDICIONA DO SPLIT 12.000 BTU's	5	15	5	5	1	10	0	0	3	25	1	80	135	R\$ 1.977,11	R\$ 266.909,85
23	MESA AUTOPORTA NTE (TAMPO 1.400 x 1.400 MM)	10	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	1.858,12	R\$ 65.034,20
24	ARMÁRIO DE AÇO COM PORTA DE VIDRO A PARTIR DE 1737MM X 480MMX 400MM. Modelos de referência: AP190S/CONT INENTAL E PANDIN/VITR INE.	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1.021,27	R\$ 2.042,54
VALOR TOTAL ESTIMADO (GERENCIADOR + PARTICIPANTES)															R\$ 3.445.382,86	

Anexo II - SEI_32169303_Estudo_Preliminar.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE MATERIAL - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

ESTUDO PRELIMINAR Nº 32169303 - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.007668/2023-81

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente Estudo Técnico objetiva apontar a solução que melhor atenda aos interesses da administração pública em face da necessidade de aquisição de materiais permanentes para a SR/PF/PE e descentralizadas.
- 1.2. Esta análise é pautada através das diretrizes traçadas pela Instrução Normativa nº 5/2017 MPDG, em seu art. 24, e parágrafos.
- 1.3. A equipe de planejamento, composta pelos servidores **JOSÉ VITOR DA SILVA MACEDO, ALESSANDRO BENJAMIM MELO DE ARRUDA e MIGUEL FARIAS PONTES**, a ser formada conforme a Portaria SR/PF/PE.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A aquisição de materiais permanentes para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) e suas unidades descentralizadas, com destaque para o novo posto avançado de Fernando de Noronha, é uma necessidade premente e estratégica. Esta justificativa se baseia em diversas razões que demonstram a importância dessa aquisição:

- Modernização e melhoria da infraestrutura: A aquisição de materiais permanentes permitirá a modernização e melhoria das instalações da SR/PF/PE e suas unidades descentralizadas, proporcionando um ambiente de trabalho mais adequado e seguro para os servidores e contribuindo para o desempenho eficiente das atividades policiais.
- Atendimento à crescente demanda: Com o término previsto do posto avançado de Fernando de Noronha no início de 2024, haverá um aumento da demanda por recursos e equipamentos para atender às necessidades operacionais dessa unidade. A aquisição antecipada desses materiais garantirá que o novo posto esteja plenamente equipado e pronto para atender suas responsabilidades desde o início de suas operações.
- Segurança e eficácia das operações: A Polícia Federal desempenha um papel fundamental na manutenção da segurança e na aplicação da lei em nosso país. A aquisição de materiais permanentes é essencial para garantir a eficácia das operações policiais e a segurança dos servidores e da população em geral.
- Economia a longo prazo: Investir em materiais permanentes de qualidade reduzirá custos a longo prazo, uma vez que equipamentos duráveis demandarão menos manutenção e substituição. Além disso, a compra em grande escala pode proporcionar economias significativas devido à negociação de preços mais vantajosos.
- Cumprimento das políticas de segurança: O fornecimento de materiais permanentes para a Polícia Federal é fundamental para garantir o cumprimento das políticas de segurança pública e a eficiência das operações de combate ao crime, ao tráfico de drogas, à corrupção e a outras atividades ilícitas.
- Atendimento às demandas da sociedade: A população espera que as forças de segurança, como a Polícia Federal, estejam devidamente equipadas para cumprir suas responsabilidades e atender às necessidades da sociedade em termos de segurança e justiça.

2.2. Em resumo, a aquisição de materiais permanentes para a SR/PF/PE e suas unidades descentralizadas, incluindo o novo posto avançado de Fernando de Noronha, é uma medida estratégica e necessária para assegurar a eficácia das operações policiais, a segurança dos servidores e o cumprimento das políticas de segurança pública. Portanto, essa aquisição deve ser encarada como um investimento no fortalecimento das capacidades da Polícia Federal e no cumprimento de sua missão fundamental de proteger a sociedade brasileira.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Mínimos:

3.2. Os materiais deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

3.3. Os materiais deverão ser de primeira qualidade e estar em conformidade com as Normas Brasileiras e regulamentos técnicos;

3.4. Os materiais apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e INTERNACIONAIS, conforme estabelecido para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar que os materiais estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;

3.5. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa;

3.6. Caso o bem apresentado possua marca com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante;

3.7. Em qualquer caso as características dos bens apresentados na proposta do licitante serão analisadas criteriosamente pelo setor demandante, podendo ser solicitado folders, catálogos ou amostras.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Foram realizados levantamentos de contratações similares feitas pelas Administração Públicas e quando não foi possível, foram realizadas pesquisas direta com no mínimo 3 (três) fornecedores.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

ITEM 1: Mesa de centro com tampo superior e inferior em madeira aglomerada

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Dimensões: Largura: 1065 mm Profundidade: 600 mm Altura: 350 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 10% Especificações técnicas: Mesa de centro com tampo superior e inferior em madeira aglomerada, na cor Carvalho Munique ou similar, com resina fenólica e partículas de granulométrica fina, com espessura de 25 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor Carvalho Munique ou similar, resistente à abrasão. Bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno e superfície visível lisa, com espessura de 2,0 mm, na cor Carvalho Munique ou similar, e raio ergonômico de contato com o usuário. Tampo inferior fixado à estrutura diretamente na travessa utilizado para acondicionar revistas, jornais, e outros, através de parafusos rosca auto cortante para madeira com Ø 5 mm x 40 mm e tampo superior através de parafusos rosca auto cortante para madeira com Ø 5 mm x 70 mm. No tampo superior distanciadores cilíndricos com revestimento cromado, e tampo inferior fixado. Estrutura metálica na cor preta, confeccionada em tubo de aço SAE 1020 25 x 35 x 1,5 mm, de formato retangular e com travessas de sustentação para tampos inferior e superior, com revestimento cromado e ponteiros de acabamento internas pretas. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Não é necessário apresentar para este item certificado de conformidade de produto ou laudo de laboratório.

ITEM 2: Mesa de canto com tampo superior e inferior em madeira aglomerada

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Dimensões: Largura: 610 mm Profundidade: 600 mm Altura: 490 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 10% Especificações técnicas: Mesa lateral com tampo superior e inferior em madeira aglomerada, na cor Carvalho Munique ou similar, com resina fenólica e partículas de granulométrica fina, com espessura de 25 mm, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor Carvalho Munique ou similar, resistente à abrasão. Bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno e superfície visível lisa, com espessura de 2,0 mm, na cor Carvalho Munique ou similar, e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Tampo inferior fixado à estrutura diretamente na travessa utilizado para acondicionar revistas, jornais, e outros, através de parafusos rosca auto cortante para madeira com Ø 5 mm x 40 mm e tampo superior através de parafusos rosca auto cortante para madeira com Ø 5 mm x 70 mm. No tampo superior distanciadores cilíndricos com revestimento cromado, e tampo inferior fixado. Estrutura metálica na cor preta, confeccionada em tubo de aço SAE 1020 25 x 35 x 1,5 mm, de formato retangular e com travessas de sustentação para tampos inferior e superior, com revestimento cromado e ponteiros de acabamento internas pretas. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Não é necessário apresentar para este item certificado de conformidade de produto ou laudo de laboratório.

ITEM 3: Armário baixo com duas portas de abertura frontal com 01 (uma) prateleira interna.

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Dimensões: Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 730 mm Admitida a variação máxima de até 5% entre as dimensões do item a ser efetivamente fornecido e as dimensões constantes dos certificados. Especificações técnicas: Corpo do armário em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura e fundo em 15 mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistente à abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com alta resistência a impactos. Tampo no mesmo material, porém com 25 mm de espessura, fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura na cor avelã ou similar. Portas em madeira MDP, de, no mínimo, 18 mm de espessura, revestidas com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, resistentes à abrasão, encabeçadas com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos. Dobradiça do tipo caneco diâmetro 35 mm para portas de armários, confeccionada em aço de alta resistência, automática, que permite fechamento suave da porta através de um sistema com micro pistão hidráulico, com amortecedor integrado à dobradiça, impedindo as tradicionais pancadas da porta ao fechar. Sistema de montagem com calço tipo click, evitando o uso de parafusos. Regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 105° para portas com recobrimento total, com amortecimento e sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, com acabamento niquelado. Possibilita o uso em portas com espessuras entre 14 e 21 mm. Apresenta cobertura de acabamento encaixada para corpo e caneco, evitando o acúmulo de poeira e garantindo maior vida útil aos componentes. Fixação ao móvel através de parafusos do tipo chipboard. Sistema de travamento das portas com batente interno na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard para madeira, com fechadura frontal e chave para porta direita com alma interna em aço de alta resistência ao torque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário. Sistema de puxadores embutidos injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos na cor prata fosco. Uma prateleira, confeccionada em madeira MDP, atendendo às normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de, no mínimo, 18 mm de espessura, revestida com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor cinza matrix ou similar, resistentes à abrasão, encabeçada com fita de poliestireno em todos os lados, superfície visível texturizada com espessura de 0,5 mm com alta resistência a impactos. Regulagem de altura da prateleira através de furos e pinos fixados às laterais internas do armário, equidistantes 96 mm entre si. Rodapé para armários confeccionado em chapa metálica SAE 1010/20 perfilada tipo “U” 18,5 x 37 mm com 1,2 mm de espessura, com tratamento anticorrosivo, pintura epóxi e secagem em estufa. Sapatas reguláveis em formato octogonal com rosca M6, com possibilidade de regulagem de até 20 mm, injetadas em polipropileno copolímero. Fixação ao móvel através de parafusos rosca auto cortante para madeira. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Apresentar para este item: - Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13961:2010 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO. - Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por

profissional habilitado.

ITEM 4: MESA DE REUNIÃO RETANGULAR

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Características principais: - Tampo inteiriço em formato ovalado ou retangular; - Comprimento 2400 mm. Dimensões: Largura: 1200 mm Comprimento: 2400 mm Altura das superfícies: 720 a 750 mm Dimensões: variação máxima permitida de até 5% Especificações técnicas: Tampo inteiriço em formato ovalado para reuniões, em madeira aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor avelã ou similar, com bordas arredondadas fita de PVC com 3 mm de espessura, ou de melhor qualidade alta resistência a impacto, na cor do laminado. Fixação à estrutura através de parafusos auto-atarraxantes para madeira. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi, na cor grafite ou similar. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 353 x 660 x 1,2 mm estampado com design diferenciado, com passagem de cabos na parte externa da coluna, em formato oblongo 24 x 80 mm com acabamento e tampa injetados em ABS, tampa de acabamento interna para passagem de fiação em chapa de aço SAE 1020 com 620 x 111,8 x 0,6 mm, travessa superior em chapa de aço SAE 1020 125 x 510 x 1,9 mm, travessa inferior confeccionada em chapa de aço SAE 1020 125 x 610 x 1,9 mm conformado com raio médio de 3750 mm, dotado de passagens de cabos na região da coluna, com formato oblongo 24 x 80 mm e acabamento injetado em ABS. Sapatas reguláveis em formato redondo com rosca M8 injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Fixação ao tampo através de parafuso rosca auto cortante tipo chipboard cementado 4,5 x 20 mm com alta resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. Caixa de mesa para acesso a pontos de energia, telefonia, lógica, HDMI e USB, medindo 115 x 265 mm, com dimensões para o recorte de encaixe no tampo de 255 x 105 mm. Aba superior e tampa em alumínio injetado e abertura de no mínimo 10 mm para passagem de cabos, abertura da tampa tipo basculante, com tratamento superficial fosfatizante e acabamento em pintura epóxi. Corpo em ABS fixado a aba através de 04 parafusos e fixação ao tampo através de 04 parafusos para madeira. Com possibilidade de três tomadas de energia alimentadas por cabo de três fios com prensa cabos na extremidade da caixa e conector para espera de fios, três blocos para conectores RJ45 padrão Keystone, um bloco para HDMI e um bloco para USB. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Apresentar para este item: - Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO. - Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado.

ITEM 5: CADEIRA UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Características principais: - Regulagem de altura do assento; - Base giratória; - Espaldar médio; - Rodízio de duplo giro; - Apóia-braços. Dimensões Altura assento: 480 a 590 mm Altura do encosto a partir da haste de ligação com assento: 580 mm Largura do encosto: 470 mm Profundidade do assento: 510 mm Largura do assento com braços: 630 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Especificações técnicas: Poltrona de encosto de espaldar médio, com estrutura injetada em nylon de alta resistência à fadiga e impactos, 100% reciclável, revestido em tela com alta resistência, na cor preta e apoio lombar móvel ajustável conforme usuário, na parte posterior do encosto. Ligação do assento e encosto feita pela mesma estrutura injetada em nylon de alta resistência à fadiga e impactos, injetado juntamente com o encosto. Assento com espuma anatômica em poliuretano injetado, de 40 mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, e concha interna de compensado multilaminado de 13 mm de espessura, com borda frontal ligeiramente curvada no assento para não obstruir a circulação sanguínea. Revestido com tecido sintético de alta resistência, na cor preta, carenagem texturizada em polipropileno injetado de alta resistência a impactos e abrasão com bordas arredondadas para proteção do estofado e 100% reciclável. Mecanismo de reclinção através de sistema sincronizado na relação de 2:1 a 4:1 ângulo de inclinação do assento e encosto. Confeccionado em aço SAE 1006/1008, com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e pintura eletrostática na cor preta. Sistema de reclinção com eixo horizontal e travamento do conjunto estofado em quatro posições e sistema de liberação do mecanismo tipo antipânico. Sistema de regulagem de pressão da mola do sistema de reclinção auto regulável através do próprio peso do usuário.

Alavancas de acionamento do mecanismo e sistema pneumático independentes, em aço de 8 mm de diâmetro, com manípulo injetado em polipropileno copolímero. Coluna a gás confeccionada em aço SAE 1020 tubular com pintura epóxi a pó, e com conificação 1°26' na parte inferior para encaixe na base giratória. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas, curso de regulagem de 110 mm, confeccionada em aço SAE 1045 e com conificação tipo Morse (1°26') na parte superior para encaixe no suporte de fixação do assento da cadeira. Bucha guia interna em POM (Poli Oxi Metileno), copolímero composto de alta dureza e rigidez e excelentes propriedades deslizantes. Resistência a esforços de pressão de até 300 N. Base giratória injetada em nylon poliamida 6.6 com carga de fibra de vidro na cor preta, com 5 hastes equidistantes a 72° e raio de 325 mm, reforçadas com aletas estruturais para aumentar a resistência as cargas estáticas aplicadas. Encaixe do pistão de regulagem de altura da cadeira através do sistema de cone Morse. Rodízios de duplo giro, corpo 100% em nylon 6.6 com rodas Ø 65 mm, composto por uma banda de rodagem em poliuretano. Eixo central usinado em aço SAE 1006 e haste estampada e laminada a frio em aço SAE 1006 (zincado branco), apoiado em pista de esfera de rolamento de aço SAE 1020 cementado, fixados a base através de anel de pressão produzido em aço SAE 1070. Apoia braço em formato de "T" com sistema de regulagem de altura deslizante através de botão lateral com 7 posições, com corpo e apoia braço injetados em polipropileno cor preta, e com alma de aço.

ITEM 6: LONGARINA DE 2 LUGARES

Conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de Julho de 2020:

Características principais: - Cadeira fixa; Dimensões: Altura da superfície do assento: 466 mm Altura da borda superior do encosto: mínimo 776 mm Largura do assento: mínimo 453 mm Largura do encosto: mínimo 453 mm Dimensões: variação máxima permitida 5% Especificações técnicas: Encosto em concha de polipropileno, na cor preta, de alta resistência mecânica e pigmento antiraios ultravioletas, 100% reciclável, encaixado ao suporte metálico da estrutura da cadeira. Assento em concha de polipropileno, na cor preta, com carga de fibra de vidro injetado, de alta resistência mecânica e pigmento antiraios ultravioletas, montado ao encosto através de encaixe. Estrutura de união do assento com o encosto em aço trefilado maciço SAE 1020 Ø 7/16", tratamento anti-corrosivo e acabamento por eletrodeposição de cromo e níquel, com camada média de 5 microns, ou tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Travessas estruturais em chapa de aço SAE 1020 1" x ¼/4" soldadas à estrutura através de solda MIG. Estrutura com longarina horizontal em tubo de aço SAE 1020 40 x 50 x 2,0 mm, com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e com pintura epóxi na cor preta, colunas verticais em tubo de aço SAE 1020 40 x 80 x 1,5 mm, e pés de apoio ao piso em tubo de aço SAE 1020 20 x 50 x 1,06 mm, com chapa protetora de aço SAE 1020 estampada com 1/8" de espessura, soldada à barra de tubo 20 x 50 mm. Fixação dos estofados à longarina através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3 mm de espessura, soldada à barra de tubo 40 x 50 mm. Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante. Apresentar para este item: - Certificado de conformidade de produto de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente emitido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO. - Laudo ergonômico em conformidade com a NR 17 emitido por profissional habilitado.

ITEM 7: Armário de aço

Armário de aço, acabamento superficial, pintura epóxi, cor cinza, 2 portas, 4 prateleiras, 1,98 m de altura, 1,20 m de largura, 0,50 m de profundidade. Características adicionais: portas com puxador e fechadura, prateleiras reguláveis, material em chapa de aço.

ITEM 8: Armário baixo com gavetas 2600x600

- Armário baixo com gavetas 2600x600, conforme detalhamento SEI (32188939);
- Obs.: madeira tipo MDF ou superior;

ITEM 9: Mesa de apoio 1200x500

- Mesa de apoio 1200x500, conforme detalhamento SEI (32188939);
- Obs.: madeira tipo MDF ou superior;

ITEM 10: Mesa de cabeceira 1000x500

- Mesa de cabeceira 1000x500, conforme detalhamento SEI (32188939);
- Obs.: madeira tipo MDF ou superior;

ITEM 11: Guarda-roupa 1640x650

- Guarda-roupa 1640x650, conforme detalhamento SEI (32188939);
- Obs.: madeira tipo MDF ou superior;

ITEM 12: Refrigerador

- Refrigerador duplex;
- capacidade: 375 a 410 litros;
- frost free;
- tensão: 220 V;
- Controle de temperatura;
- prateleiras em vidro;
- Cor: branca;
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.
- Modelo de referência: Consul CRM50HBANA, similar ou superior.

ITEM 13: Colchão

- Material 100% Espuma Extrafirme, revestimento tecido 54% algodão e 46% viscose, altura 20, comprimento 188, largura 88, densidade 60, características adicionais: antimoho e antialérgico.

ITEM 14: Beliche

- Cama, material madeira maciça envernizada;
- Tipo solteiro, modelo beliche;
- Comprimento 200 cm, largura 95 cm, altura 180 cm (aproximados)
- Escada em madeira maciça envernizada;
- Vão entre as camas de 100 cm;
- Área do colchão: 1,88cm x 88cm
- Capacidade mínima de 150 kg em cada leito.

ITEM 15: Ar condicionado de Janela 21.000 BTU's

- Equipamento do tipo ACJ-aparelho de ar condicionado de janela, com compressor rotativo e ciclo com versão só frio, capacidade total de refrigeração de 21.000 btu's, utiliza gás refrigerante R-410A, tem controle mecânico e alimentação em 220v.
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 16: Ar condicionado de Janela 18.000 BTU's

- Equipamento do tipo ACJ-aparelho de ar condicionado de janela, com compressor rotativo e ciclo com versão só frio, capacidade total de refrigeração de 18.000 btu's, utiliza gás refrigerante R-410A, tem controle mecânico e alimentação em 220v.
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 17: Ar condicionado de Janela 12.000 BTU's

- Equipamento do tipo ACJ-aparelho de ar condicionado de janela, com compressor rotativo e ciclo com versão só frio, capacidade total de refrigeração de 12.000 btu's, utiliza gás refrigerante R-410A, tem controle mecânico e alimentação em 220v.
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 18: Ar condicionado de Janela 9.000 BTU's

- Equipamento do tipo ACJ-aparelho de ar condicionado de janela, com compressor rotativo e ciclo com versão só frio, capacidade total de refrigeração de 9.000 btu's, utiliza gás refrigerante R-410A, tem controle mecânico e alimentação em 220v.
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 19: Ar condicionado de Janela 7.500 BTU's

- Equipamento do tipo ACJ-aparelho de ar condicionado de janela, com compressor rotativo e ciclo com versão só frio, capacidade total de refrigeração de 9.000 btu's, utiliza gás refrigerante R-410A, tem controle mecânico e alimentação em 220v.
- Selo de eficiência energética procel A;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 20: Ar condicionado split 22.000 BTU's

- Aparelho de ar condicionado tipo Split com tecnologia dual inverter digital potência mínima de 22.000 BTU/h.
- Ciclo frio, que atenda ambientes de escritório de até 25m².
- O aparelho deve conter embarcadas as seguintes tecnologias: Timer digital, Sleep, desumidificar, resfriar, modo turbo e autodiagnostico.
- Deve possuir selo de eficiência energética Procel A, filtro anti-bactérias, filtroanti-pó e filtro desodorizador.
- Nível de ruído da unidade interna, declarado pelo fabricante em seu manual técnico, de até 50 dB.
- O gás refrigerante deve ser o R-410A.
- Com controle remoto;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 21: Ar condicionado split 18.000 BTU's

- Aparelho de ar condicionado tipo Split com tecnologia dual inverter digital 18000 BTU/h.
- Ciclo frio, que atenda ambientes de escritório de até 20m².
- O aparelho deve conter embarcadas as seguintes tecnologias: Timer digital, Sleep, desumidificar, resfriar, modo turbo e autodiagnostico.
- Deve possuir selo de eficiência energética Procel A, filtro anti-bactérias, filtroanti-pó e filtro desodorizador.
- O nível de ruído da unidade interna, declarado pelo fabricante em seu manual técnico, de até 50 dB.
- O gás refrigerante deve ser o R-410A.
- Com controle remoto;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

ITEM 22: Ar condicionado split 12.000 BTU's

- Aparelho de ar condicionado tipo Split com tecnologia dual inverter digital 12000 BTU/h.
- Ciclo frio, que atenda ambientes de escritório de até 16m2.
- O aparelho deve conter embarcadas as seguintes tecnologias: Timer digital, Sleep, desumidificar, resfriar, modo turbo e autodiagnostico.
- Deve possuir selo de eficiência energética Procel A, filtro anti-bactérias, filtrante-pó e filtro desodorizador.
- Nível de ruído da unidade interna, declarado pelo fabricante em seu manual técnico, de até 50 dB.
- O gás refrigerante deve ser o R-410A.
- Com controle remoto;
- Garantia mínima de 03 (três) anos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. A estimativa dos materiais foram embasados no quantitativo necessário para o novo posto avançado de Fernando de Noronha/PE e necessidades da SR/PF/PE estabelecendo-se uma quantidade mínima e máxima:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	MESA DE CENTRO 1065X600 - MODELO A .	347409	1	1	R\$ 1.067,33	R\$ 1.067,33
2	MESA LATERAL 610X600 - MODELO A	388264	2	2	R\$ 1.556,67	R\$ 3.113,34
3	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS 800X500 - MODELO B	604361	5	12	R\$ 863,17	R\$ 10.358,04
4	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR 1200 X 2400 - MODELO B	473375	1	4	R\$ 1.135,00	R\$ 4.540,00
5	CADEIRA PARA TODOS OS AMBIENTES DE REUNIÃO - ANEXO III	611804	10	20	R\$ 624,81	R\$ 12.496,20
6	LONGARINA DOIS LUGARES - ANEXO III	396864	1	3	R\$ 1.049,78	R\$ 3.149,34
7	ARMÁRIO DE AÇO	233490	2	10	R\$ 1.100,67	R\$ 11.006,70
8	ARMÁRIO BAIXO COM GAVETAS 2600X600	207071	1	1	R\$ 4.466,33	R\$ 4.466,33
9	MESA DE APOIO 1200X500	355978	7	7	R\$ 1.226,67	R\$ 8.586,69
10	MESA DE CABECEIRA 1000X500	355978	4	4	R\$ 1.705,00	R\$ 6.820,00
11	GUARDA ROUPA 1640X650	207407	4	4	R\$ 7.503,33	R\$ 30.013,32
12	REFRIGERADOR	483348	1	5	R\$ 3.678,17	R\$ 18.390,85
13	COLCHÃO	375900	16	30	R\$ 885,99	R\$ 26.579,70
14	BELICHE	486186	8	14	R\$ 815,78	R\$ 11.420,92
15	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 21.000 BTU	300419	1	2	R\$ 4.855,66	R\$ 9.711,32

16	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 18.000 BTU/h	298653	2	4	R\$ 3.322,59	R\$ 13.290,36
17	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 12.000 BTU/h	261633	4	6	R\$ 2.228,44	R\$ 13.370,64
18	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 9.000 BTU/h	320675	1	3	R\$ 1.951,46	R\$ 5.854,38
19	AR CONDICIONADO DE JANELA CAPACIDADE TÉRMICA NOMINAL DE 7.500 BTU/h	273441	2	4	R\$ 1.636,23	R\$ 6.544,92
20	AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 BTU's	453530	5	15	R\$ 4.019,96	R\$ 60.299,40
21	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTU's	461900	5	15	R\$ 3.053,33	R\$ 45.799,95
22	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU's	440744	5	15	R\$ 1.977,11	R\$ 29.656,65
						R\$ 336.536,38

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para as pesquisas de preços foram utilizados os parâmetros do art. 5 da IN 65/2021, INCISO I para a maioria dos materiais. Quando não foi possível estimar de acordo com o inciso I (compras governamentais), foi utilizado o inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

7.2. Valor preço global aproximado: **R\$ 336.536,38 (trezentos e trinta e seis mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos).**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. As aquisições poderão ser divididos em tantas parcelas se comprovarem técnica e economicamente viáveis respeitando os requisitos mínimos e máximos estabelecidos no Termo de Referência.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, as aquisições em comento serão contratadas de forma independente.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A fim de deixar em pleno funcionamento o novo posto avançado de Polícia Federal em Fernando de Noronha/PE e evitar o consequente prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem

como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados, os itens foram incluídos no PGC 2023 e publicados no PAC 2024.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. O resultado pretendido com a futura contratação é deixar em pleno funcionamento o novo posto avançado de Polícia Federal em Fernando de Noronha/PE.

11.2. Com a nova licitação também se pretende oportunizar às empresas nova disputa de oferta, possibilitando haver maior economia para a Administração.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A entrega e recebimento dos materiais deverão ser acompanhadas pelo NUMAT/SELOG/SR/PF/PE.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os materiais deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

13.2. Os materiais empregados nos insumos utilizados nas embalagens deles deverão priorizar a redução de impacto ambiental sendo estes de preferência biodegradáveis.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

14.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05 /2017 – Secretaria de Recursos Logísticos e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

14.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

14.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

Recife, 13 de Novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE VITOR DA SILVA MACEDO**, **Chefe de Núcleo**, em 09/11/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO BENJAMIM MELO DE ARRUDA**, **Agente Administrativo(a)**, em 09/11/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL FARIAS PONTES**, **Agente Administrativo(a)**, em 20/11/2023, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32169303&crc=5059C7FA.

Código verificador: **32169303** e Código CRC: **5059C7FA**.
